

Bibliotecas ainda estão ausentes na maioria das escolas do país

Lei originada no Congresso e sancionada em 2010 determina que todas as instituições de ensino do Brasil, públicas ou privadas, devem oferecer a estrutura aos alunos. Prazo para adequação termina em 2020, mas hoje apenas 33,7% dos colégios têm esses espaços de promoção da leitura

Tatiana Beltrão

A DIVULGAÇÃO, NA semana passada, dos resultados de um exame que compara o aprendizado de alunos em diversos países voltou a chamar a atenção para os desafios do Brasil na educação. No ranking de 65 nações e economias analisadas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 2012 (Pisa, na sigla em inglês), ficamos em 55º em leitura, 58º em matemática e 59º em ciências.

O Brasil até vem avançando timidamente a cada exame, que acontece a cada três anos, e conseguiu melhora significativa em matemática nesta edição. Em leitura, porém, não houve avanço. Ao contrário: o país caiu dois pontos (de 412 para 410) em relação ao Pisa anterior, de 2009.

A dificuldade dos alunos brasileiros em entender o que leem é diagnosticada também no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e na Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), que analisa a qualidade da alfabetização

das crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental. Em 2011, a prova revelou que metade dos alunos da rede pública não alcançou os níveis de leitura esperados.

Uma lei originada no Congresso tem um papel estratégico para aproximar as crianças e adolescentes dos livros. A Lei 12.244, de 2010, determina que todo estabelecimento de ensino do país, público ou privado, deve ter uma biblioteca. No entanto, apenas 33,7% das escolas brasileiras de educação básica cumprem o que diz a lei, segundo levantamento elaborado pelo movimento Todos pela Educação (TPE) com dados do Censo Escolar de 2011, do Ministério da Educação (MEC). Pelo Censo Escolar 2012, que considera bibliotecas e também salas de leitura, são 42% dos estabelecimentos, atingindo 75% dos alunos matriculados.

O déficit é ainda mais acentuado quando se considera apenas a rede pública. Nela, somente 27,5% das instituições oferecem a estrutura aos alunos, de

acordo com o estudo de Todos pela Educação. A situação indica que o prazo estabelecido pela Lei 12.244 para adequação das escolas — maio de 2020 — dificilmente será cumprido.

— O desafio é muito grande. Teriam que ser criadas 34 bibliotecas por dia no país — diz Alejandra Meraz Velasco, gerente técnica do TPE.

Ritmo lento

Alejandra explica que a implantação exige esforço das escolas porque, além do investimento para criação do espaço, são necessários acervo inicial (a Lei 12.244 estabelece o mínimo de um exemplar por aluno), a catalogação dos livros e a destinação de profissional para atender os estudantes.

— Seria preciso ter uma ação ampla, focada nas escolas que ainda não têm biblioteca — defende.

Hoje, o único programa de alcance nacional específico para bibliotecas escolares é o Biblioteca na Escola, do MEC, que fornece acervo às instituições

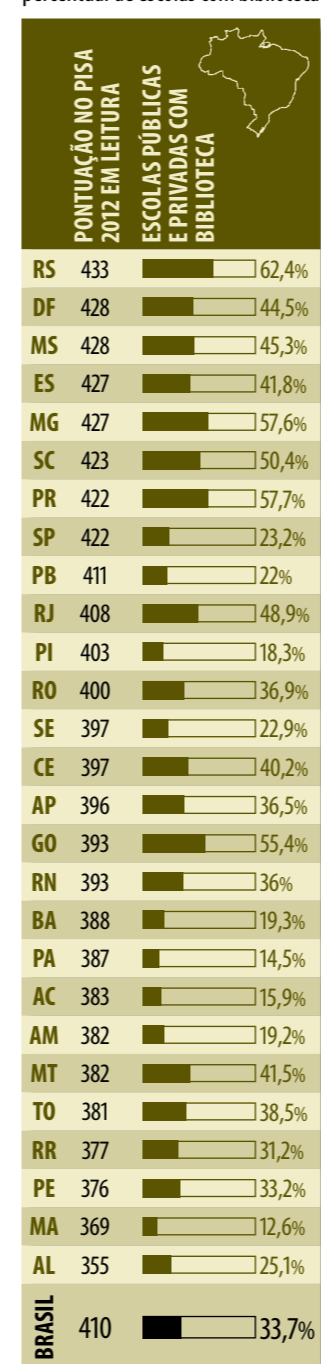
de ensino de educação básica cadastradas no Censo Escolar. O presidente da Comissão de Educação do Senado, Cyro Miranda (PSDB-GO), diz ver com preocupação a pouca atenção dada à efetividade da lei:

— Se continuarmos nesse ritmo, é evidente que não vamos conseguir cumprir a meta de fazer com que toda escola tenha biblioteca, uma estrutura que em todo o mundo é prioridade.

Na avaliação do senador, o cumprimento de leis como a 12.244 e inclusive das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (o PNE, cujo projeto, PLC 103/2012, tramita no Senado e deve ir a Plenário amanhã) só será efetivo quando for aprovada a Lei de Responsabilidade Educacional — LRE (PL 7.420/2006), proposta que está em análise na Câmara. A exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LRE estabelece a responsabilidade dos gestores públicos na educação básica e prevê obrigações e sanções para autoridades que não cumprirem a legislação educacional.

Situação dos estados

Veja pontuação no Pisa e o percentual de escolas com biblioteca



Fontes: OCDE (dados do Pisa) e Todos pela Educação (percentual de escolas com bibliotecas)



Biblioteca no Rio Grande do Sul: estado é o primeiro em leitura no Pisa 2012

Campanha busca mobilizar colégios, sociedade e gestores

Para lutar pela efetividade da Lei 12.244, estimulando escolas e gestores a se mobilizarem pelas bibliotecas escolares, organizações da sociedade civil criaram a campanha Eu Quero Minha Biblioteca.

Coordenada pelo Instituto Ecofuturo, a campanha disponibiliza uma cartilha que dá orientações sobre como e onde buscar recursos públicos para a criação e manutenção da estrutura — o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundeb) e o Programa de Ações Articuladas (PAR) são as opções sugeridas, assim como a dotação orçamentária dos estados e municípios e as emendas parlamentares de vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. A publicação também dá orientações sobre infraestrutura adequada ao espaço, criação e ampliação do acervo, equipe e atendimento.

Para a diretora de Educação e Cultura do Ecofuturo, Christine Fontelles, a lei é um marco legal importantíssimo na garantia de um direito fundamental, especialmente pelo fato de as bibliotecas escolares serem, de acordo com pesquisas, a principal forma de acesso à literatura para crianças e jovens de 5 a 17 anos no país. Porém, a norma ainda carece de atenção e cooperação por parte de governos e também da sociedade, avalia.

— Este é o ponto inicial: não somos um país com cultura de leitura ou de bibliotecas. É preciso um “dar-se conta” coletivo — defende. Por isso, a campanha busca mobilizar não apenas a comunidade escolar, mas também gestores públicos, parlamentares, candidatos ao Executivo e Legislativo, sociedade civil, empresários.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ainda é possível cumprir a meta de implantação dentro do prazo previsto. Quando era deputada federal, em 2004, Vanessa foi a

autora de um projeto de lei que estabelecia a obrigatoriedade das bibliotecas escolares. A proposta foi pensada a outra, que já tramitava na Câmara e que foi retomada em 2009 pelo então deputado Lobbe Neto, dando origem à Lei 12.244.

Municípios

Na rede pública, são as escolas municipais que apresentam os piores índices de presença de bibliotecas. Apenas um quinto delas oferece a estrutura aos alunos, de acordo com o estudo do TPE. Um desafio extra aos municípios, que já reclamam da falta de recursos para a manutenção do ensino fundamental. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) ressalta as limitações das cidades.

— A Undime concorda com o que determina a Lei 12.244. Entretanto, existe uma dificuldade por parte de muitos municípios para criar esses espaços e mantê-los — afirma a presidente da organização, Cleuza Repulho.

Projetos

No Senado, tramita na Comissão de Educação outro projeto relativo a bibliotecas escolares: o PLC 28/2012, que, além de prever a obrigatoriedade da estrutura nas escolas, define quais profissionais devem atuar no setor. O texto da Câmara previa a contratação exclusiva de bibliotecários, mas um substitutivo do Senado e, depois, uma emenda de Plenário ampliaram a formação exigida. Pela emenda, exige-se “bibliotecário com formação de nível superior ou outros profissionais de nível superior, com capacitação específica em biblioteca escolar e sob a supervisão de um bibliotecário”.

Outro projeto que trata das bibliotecas escolares é o do PNE. As metas 6 e 7, relacionadas à educação integral e à melhoria da qualidade de ensino, têm a universalização e o fortalecimento das bibliotecas escolares como uma das estratégias.

Se a Copa fosse de educação, Brasil ficaria de fora

Se a Copa do Mundo de 2014 fosse de educação e não de futebol, nem o Brasil nem nenhum outro país latino-americano estaria competindo. A comparação foi feita pelo especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Marcelo Alfaro na semana passada, durante o lançamento, no Congresso, do Observatório do Plano Nacional de Educação.

Alfaro se referia aos resultados dos países da América Latina no Pisa 2012. A nação latino-americana mais bem classificada no ranking é o Chile, em 47º lugar em leitura, com 441 pontos — 129 menos que o primeiro colocado, China (Xangai), que obteve 570 pontos. O Brasil teve 402 pontos na média das três áreas analisadas (matemática, leitura e ciências) e em todas elas ficou abaixo do desempenho médio dos países (494 pontos).

Quando se consideram os resultados regionalizados, incluindo estados, o Brasil mostra performance ainda mais preocupante. Na lista de mais de 180 regiões, que inclui estados e territórios de todo o planeta, Alagoas aparece em último lugar em leitura. Em matemática, os nove últimos colocados são todos estados brasileiros do Norte e do Nordeste.

A prova é realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 65 países — 34 integrantes da OCDE e 31 convidados, como o Brasil. São avaliados estudantes de 15 anos com escolaridade mínima de 7 anos de estudo. Na edição 2012, o Brasil teve 18,6 mil participantes de 767 escolas, escolhidos por sorteio.

Em leitura, o objetivo do exame é avaliar “a compreensão, o uso e a reflexão sobre textos escritos para alcançar objetivos pessoais, desenvolver o conhecimento e potencial individuais e participar plenamente da vida em sociedade”. Nessa área, metade dos estudantes brasileiros teve performance abaixo do nível básico de proficiência (nível 2), o que significa que conseguem, no máximo, reconhecer o tema principal de um texto sobre um assunto conhecido e fazer conexões simples. Apenas 0,5% atingiu o nível 5 ou mais, que significa ser capaz de compreender textos sobre assuntos mais complexos.

O MEC comemorou o resultado em matemática (que avançou

35 pontos desde 2003), foco da avaliação desta edição do Pisa. Para Cristovam Buarque (PDT-DF), porém, não há motivo para comemorar. Em Plenário, o senador disse que é uma vergonha o governo considerar o resultado um avanço, quando a média das nações em leitura (e também nas demais áreas) foi bem acima da do Brasil, de 410 pontos.

— A média de países muito pobres é 496, e nós comemoramos? É como se a gente estivesse caminhando num caminho que vai se alongando. Então, embora a gente avance, fica para trás, porque o caminho cresceu mais do que avançamos. E os países ao redor avançam mais do que

nós — criticou, acrescentando que só o Brasil comemorou os resultados do Pisa como vitória, enquanto outros governos estão preocupados, mobilizando-se para planejar estratégias de melhoria.

O senador defende a federalização da educação básica, hoje responsabilidade dos governos municipais e estaduais, como caminho para a promoção da qualidade do ensino no país. Ele cita o exemplo do desempenho das escolas federais no Pisa 2012: em matemática, a pontuação dos alunos desses colégios chegou a 484,9 pontos; nas escolas municipais, foi de 333,8 — ou seja, mais de 150 pontos de diferença.

Ranking da leitura

Veja colocação (e pontuação) dos 10 primeiros colocados em leitura e também dos países do continente americano

PAÍS	LEITURA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	
1º	China (Xangai)	570	613	580
2º	China (Hong Kong)	545	561	555
3º	Cingapura	542	573	551
4º	Japão	538	536	547
5º	Coreia do Sul	536	554	538
6º	Finlândia	524	519	545
7º	China (Taipei)	523	560	523
8º	Irlanda	523	501	522
9º	Canadá	523	518	525
10º	Polônia	518	518	526
24º	Estados Unidos	498	481	497
47º	Chile	441	423	445
49º	Costa Rica	441	407	429
52º	México	424	413	415
54º	Uruguai	411	409	416
55º	BRASIL	410	391	405
57º	Colômbia	403	376	399
61º	Argentina	396	388	406
65º	Peru	384	368	373

Fonte: Pisa 2012 (OCDE)



Biblioteca da Escola-Parque 303/304 Norte, da rede pública do DF, foi reformada com recursos de projeto de empresa de combustíveis que já criou ou ampliou mais de 100 espaços de leitura, além de doar livros

Saiba mais

Campanha Eu Quero Minha Biblioteca
<http://bit.ly/queroBiblioteca>

Pisa 2012 (em inglês)
<http://bit.ly/resultadosPISA2012>

Capítulo do Pisa 2012 sobre o Brasil (em inglês)
<http://bit.ly/BrasilPISA2012>

Levantamento sobre déficit de bibliotecas escolares
<http://bit.ly/levantamentoBibliotecas>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania